

SOUZA, Camila Ferreira de*

<https://orcid.org/0009-0009-8696-724X>

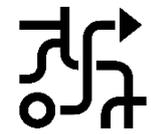
RESUMO: Durante a Ditadura Militar, políticos de uma cidade no interior do Estado da Bahia se mobilizaram em busca de recursos do Governo Federal, o que resultou em mudanças significativas na dinâmica política econômica de Feira de Santana. Este estudo enfoca as trajetórias dos políticos, seus partidos e os grupos sociais que representava, a fim de analisar os interesses e projetos de diferentes frações de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento; Desenvolvimento; Estado.

RESUMEN: Durante la Dictadura Militar, políticos de una ciudad en el interior del Estado de Bahía se movilizaron en busca de recursos del Gobierno Federal, lo que resultó en cambios significativos en la dinámica política y económica de Feira de Santana. Este estudio se enfoca en las trayectorias de los políticos, sus partidos y los grupos sociales que representaban, con la finalidad de analizar los interés y proyectos de diferentes fracciones de clase.

PALABRAS CLAVE: Planeación; Desarrollo; Estado.

* Mestra em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid. Pesquisadora do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU/UEFS). E-mail: camila.ferreira@estudiante.uam.es



INTRODUÇÃO

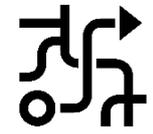
Com a criação da Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, intensificaram-se as iniciativas de desenvolvimento integrado como medida para solucionar o “atraso” da industrialização nos países localizados no Cone Sul. Foram preparados projetos e órgãos estatais para dialogar com a CEPAL, a fim de dinamizar a economia por meio da industrialização. No Brasil, na década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, por meio da Operação Nordeste (OPENO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram mobilizadas uma série de investimentos para a interiorização do planejamento de forma integrada na região Nordeste do país.

Os anos de 1964 a 1967 são marcados por novas articulações políticas e econômicas. Os partidos passam a se movimentar e a criar alianças para alcançar ou garantir a manutenção de poder. O planejamento como estratégia governamental segue e, com ascensão militar no país, os laços entre Estado e Planejamento são estreitados. Neste texto enfatizamos as articulações partidárias, alianças e trajetória dos políticos e aos projetos político-econômicos que vigoraram no período.

Este texto faz parte de uma investigação sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana (PDLI) no Estado da Bahia, Brasil, localizada a 110km da capital, Salvador. Feira de Santana se torna visível na América Latina por ser a primeira experiência de elaboração de um plano de desenvolvimento local e integrado na década de 1960. Por esse motivo analisamos o fim do governo municipal democraticamente eleito de Francisco Pinto¹, membro do Partido Social Democrático, e o início do governo de Joselito Amorim, representante da União Democrática Nacional. As principais fontes utilizadas neste texto foram: atas, projetos de leis, leis federais, periódicos e, principalmente, jornais. As análises dos jornais que circulavam no período nos possibilitaram uma compreensão sobre o cotidiano e das disputas políticas.

Por meio da reflexão sobre o jornalismo político, o jornal pode ser utilizado como mecanismo de criação da vontade coletiva e pode ser o instrumento de difusão de ideais de um partido. Os historiadores(a) Ramaiana (2000), Oliveira (2008),

¹ [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal FRANCISCO PINTO - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acessado em 22 de janeiro de 2019./ [Pinto vem Aí \(cinemaescrito.com\)](#). Acesso em 19 dez. 2022.



Pacheco (2009), Corrêa (2011) e Muniz (2011)², ao utilizarem os jornais que circulavam na cidade como fonte, apontaram a viabilidade e caminhos de análise para esse tipo de documento. Os autores citados apontaram ligações diretas dos jornais aos partidos políticos do período. Corrêa (2011) destacou em sua pesquisa sobre o governo de João Durval, em Feira de Santana, que a *Folha do Norte* apoiou “através de seus articulistas as candidaturas e /ou os governos udenistas e arenista de João Marinho Falcão (1955-1959), Arnold Silva (1959-1962), Joselito Amorim (1964-1967), João Durval (1967 -1971) [...]” (CORRÊA, 2011. p.25). Na *Folha da Feira* e no *Jornal da Feira* percebemos uma posição a favor da Arena, enquanto a *Gazeta do Povo*, que circulou até 1964, servia como principal porta-voz do PSD. Desse modo, neste texto os jornais *Gazeta do Povo* e *Folha do Norte* são compreendidos como expressões de cada partido, o primeiro do PSD e o segundo da UDN.

Este texto se concentra na análise dos conflitos para a elaboração de um plano de desenvolvimento local e integrado. Ao explorar as dinâmicas políticas e econômicas desse período, pretendemos lançar luz sobre os fatores que moldaram não apenas o passado, mas também o presente político. Além disso, ao utilizar os jornais da época como principal fonte, nos possibilita entender o papel desses periódicos e as implicações políticas partidárias.

Organizamos este artigo em três tópicos e considerações finais. No primeiro tópico, por meio dos jornais que circulavam em Feira de Santana, foi possível analisar os partidos e suas posturas políticas, também, como esses atuavam na cidade. O segundo e o terceiro tópicos são dedicados as articulações políticas locais e as tentativas de inserção nos investimentos para a elaboração de planos de desenvolvimento.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. *De Empório a Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2000. / CARVALHO, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: Olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950 -1960)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, 2008. / PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. *Trabalho e costume de Feirantes de Alimentos: Pequenos Comerciantes e regulamentações do Mercado em Feira de Santana. (1960/1990)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana 2009. / CORRÊA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967 – 1971)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual em Feira de Santana, 2011. / MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência paternalismo lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977 -1991)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

1964: INSTAURADO O GOLPE

Nos jornais as farpas eram expostas. Não tivemos acesso ao *Gazeta do Povo* de 1964, mas à *Folha do Norte* que, por meio das suas respostas, apresentam os conflitos entre os mesmos e os partidos que cada um representava. As críticas elaboradas ao *Gazeta do Povo* estavam diretamente relacionadas à atuação da prefeitura, a fim de desgastar ambos.

Apesar de lerem todas as semanas as nossas colunas os gazeteiros da Rua do Meio ainda não aprenderam que o nosso nome se escreve com H e não com E, patenteando, assim, o que é do conhecimento de toda Feira de Santana: a sua ignorância. Sem argumentos concretos para defenderem o governo municipal, os pseudos jornalistas lançaram, na última edição do seu pasquim, as manifestações de ira, ódio e perversidade contra a pessoa desta articulista, que, jamais em seus escritos, criticou ou combateu os responsáveis pela “Gazeta”.

[...] que culpa temos nós do PSD feirense nunca ter governado com acerto? Que culpa temos nós do PSD sempre ter trazido a intranquilidade à família feirense? Que culpa temos nós do PSD ter sido derrotado duas vezes consecutivas? Que culpa temos nós do PSD guardar eternas frustrações?

[...] Combatemos a administração ponto por ponto e aceitaremos a réplica se esta vier argumentando em defesa do governo, porque do contrário não perdemos tempo em discutir com ignorantes anônimos e corruptos. Se combatemos a fome que se alastra em nossa terra é porque prometeram exterminá-la. Se combatemos a falta d’água, é porque assumiram o compromisso de solucionar o problema do abastecimento d’água. Se falamos a favor dos mendigos, solicitando solução para questão da mendicância, é porque garantiram combatê-la. Se lembramos a redução dos impostos, é porque assim encontramos no Programa do Candidato, bem como a “encampação do CEEB”.³

A coluna *Panorama*, escrita por Hélder Alencar⁴, fazia parte da primeira página da *Folha do Norte* dessa edição. Ao construir a crítica, Alencar exaltava a falta de experiência de gestão do PSD feirense pelo não cumprimento das propostas, e assim também, responsabilizava os membros da gazeta pelo fim do jornal (do pasquim, termo utilizado no momento). Como sustentação do argumento, o autor ressalta a trajetória da UDN como exemplo de gestão que cumpria seus projetos na cidade.

A História de nossa terra é a prova real de que os governos pessedistas nunca acertaram. Foram sempre governos *ingratos* para o povo que os elegeu. Pautaram-se dentro de uma linha errada, inoperante e inerte, não respeitando as

³ ALENCAR, Hélder. Panorama: Ataque de Covardes. In: *Folha do Norte*, 18 de janeiro de 1964.

⁴ Além de colunista da *Folha do Norte*, foi chefe de gabinete do governo João Durval na gestão municipal de 1967/1971 e participou de diversas diretorias Feira Tênis Clube. Ver: [Professor presta homenagem a Hélder Alencar pela dedicação à Uefs - Acorda Cidade | Dilton Coutinho](#). Acesso em: 08 jun. 2020.

leis, não considerando a ordem, o respeito e o decoro. Se os combatemos é porque os governos dirigidos por homens da UDN, ao contrário, estiveram ao lado do povo e trabalharam pelo progresso de Feira.⁵

Com o fim da *Gazeta do Povo*, a *Folha do Norte* se fortaleceu. Esse foi o principal porta-voz da UDN antes e durante a ditadura militar, além de trazer também informações específicas do funcionamento da Câmara Municipal e a publicar atas, projetos de leis aprovados pela mesma e pela Prefeitura. É importante ressaltar que é o jornal mais antigo da cidade ainda em circulação.⁶ A *Folha do Norte* será uma das principais fontes nas páginas seguintes para pensar o governo de Joselito Amorim.

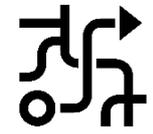
O acirramento entre UDN e o PSD local extrapolou as brigas entre os jornais. Feira de Santana foi uma das cidades baianas que apresentaram resistência à ditadura militar. Ferreira (2004), no artigo *O Golpe de Estado de 1964 na Bahia*, destaca Feira de Santana e Vitória da Conquista que, juntamente com o Movimento Estudantil soteropolitano, declararam-se e se organizaram contra o golpe. Conforme Ferreira (2004), estudantes de Salvador, em ato de solidariedade, organizaram-se para fazer força junto com Francisco Pinto, que planejou uma aliança entre a Guarda Municipal e o Tiro de Guerra na tentativa de impedir o golpe na cidade.

Corrêa (2011), que também pesquisou o período, destaca que apesar de o golpe ter ocorrido no dia 31 de março de 1964, em Feira de Santana, devido ao recesso da Câmara Municipal, permitiu a Francisco Pinto tempo para organização da resistência que foi narrada por Ferreira.

Segundo Vasconcelos (2005), que analisa os discursos de Francisco Pinto e ao tratar sobre a resistência do prefeito ao Golpe, destaca que o mesmo contou com apoio de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do PSD de Salvador e da cidade. Para esses partidos, Feira de Santana, por sua posição como entreposto comercial e rodoviário, apresentou condições geográficas favoráveis e o apoio do executivo local possibilitaria o êxito da resistência na Bahia.

⁵ALENCAR, Hélder. Panorama: Ataque de Covardes. In: *Folha do Norte*, 18 de janeiro de 1964.

⁶ "O primeiro número do Jornal Folha do Norte surgiu em 17 de setembro de 1909, fundado por Tito Ruy Bacelar, Arnold Ferreira da Silva como secretário aos 15 anos, Dálvaro Ferreira da Silva, e teve como redator, até 1910, João Carneiro Vital e passou a contar com diversos colaboradores, começando a circular semanalmente, e como outros jornais, foi criado para servir de escudo político." Ver: [Sobre – FOLHA DO NORTE \(folhadonortejournal.com.br\)](http://folhadonortejournal.com.br). Acesso em: 08 jun. 2020.



Alguns políticos, à frente daquele movimento, como Haroldo Lima, Péricles de Souza, Raimundo Mendes e Sérgio Gaudenzi, todos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguiram da capital baiana para Feira no intuito de se articularem com os políticos locais, e principalmente com o prefeito Chico Pinto, para daí planejarem as estratégias de resistência e até a luta armada. Feira, mais uma vez, destaca-se, nesse cenário, como um foco de resistência, representado pela figura do então prefeito Francisco Pinto (PSD) que, ao ter conhecimento da tomada da presidência pelos militares e esperando um contragolpe por parte do presidente João Goulart, colocou, na manhã de 1º de abril, um carro de som nas ruas da cidade conclamando a população para um comício, à noite, que foi logo denominado de Comício da Resistência. Antes, à tarde, havia convocado a guarda municipal para invadir e render o Tiro de Guerra da cidade com a finalidade de se apoderar de mais e melhores armas para o combate. (VASCONCELOS, 2005, p. 21.)

A autora ainda salienta que Francisco Pinto e os demais participantes esperavam que a partir do contragolpe possibilitaria “[...] fortalecer principalmente os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que deveriam liderar o movimento contra os golpistas” (JOSÉ, 2001 *apud* VASCONCELOS, 2005, p. 22.), mas a fuga de João Goulart para o Rio Grande do Sul e de lá para o Uruguai enfraqueceu a mobilização, que mesmo armada, não disparou um tiro e minou as expectativas das lideranças municipais à manutenção de qualquer estratégia de resistência.

Francisco Pinto, segundo a autora, possibilitou a fuga dos políticos que lhe apoiaram. No dia seguinte foi detido pelo Exército, e sob as ordens do Major Élzio, teve que dar esclarecimentos sobre o boato de organização de resistência e recebeu voz de prisão. Foi transferido para o quartel do Barbalho, em Salvador, onde ficou preso. Além de Francisco Pinto, foram presos os prefeitos: Pedral Sampaio (Vitória da Conquista), Herval Soledade (Ilhéus) e Virgildásio Senna (Salvador). O primeiro, membro do PSD, e os dois últimos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Enquanto se desdobravam as tentativas de resistência, foi instaurado pelo governo federal o Ato Institucional⁷, que possibilitou a suspensão de mandatos, a Câmara de Vereadores ficou com a incumbência de indicar um novo candidato a prefeito, caso o que ocupasse o cargo não correspondesse aos interesses da gestão militar. Francisco Pinto, justamente por não ser de agrado aos membros da UDN — que eram maioria na Câmara de Feira de Santana, segue no quadro abaixo —, foi

⁷Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 20 mar. 2019.



deposto pelos vereadores com o *quórum* mínimo necessário, após várias sessões, no dia 8 de maio de 1964⁸, e Joselito Amorim assumiu o cargo de prefeito biônico. O cargo biônico, na política, consiste em cargos que foram ocupados por políticos sem advir do sufrágio universal.

QUADRO 1. Vereadores de Feira de Santana no período de maio de 1963 a maio de 1964.

NOME	PARTIDO
ALTAMIR ALVES LOPES	PTB
ANTÔNIO ANTUNES DO SANTOS	PTB
ANTÔNIO MANOEL DE ARAÚJO	PSD
ANTÔNIO PINTO DOS SANTOS	PSD
COLBERT MARTINS DA SILVA	PSD
GODOFREDO LEITE FILHO	UDN
HUGO NAVARRO DA SILVA	UDN
HUMBERTO CERQUEIRA MASCARENHAS	PSD
JACKSON DO AMAURY	PSD
JORGE CERQUEIRA MASCARENHAS	UDN
JOSÉ MANOEL DE ARAÚJO FREITAS	UDN
JOSÉ MOREIRA DIAS	PSD
JOSELITO FALCÃO DE AMORIM	UDN
NEWTON TAVARES CARNEIRO	UDN
PAULO DE ALMEIDA CORDEIRO	UDN
THEÓDULO BASTOS DE CARVALHO JUNIOR	PSD

Fonte: Revista do Instituto Histórico Geográfico de Feira de Santana. a.º. n.10, 2013.

⁸ Resolução nº 46/1964. Dispõe sobre o impedimento no cargo de prefeito do município de Feira de Santana. 8 de maio de 1964

Observar as coligações possibilita analisar as incongruências e as contradições dos interesses e do jogo político. Na política Federal, o PSD e PTB articulavam coligações para lançar candidatos desde a década de 1950. Em Feira de Santana, o PTB se aproximava da UDN. Na eleição de 1962, o PSD se articulou com o PCB. A UDN e o PSD tinham a representação de sete edis cada na Câmara, contudo, com o apoio do PTB, a UDN se tornava maioria. Conforme Corrêa, Francisco Pinto foi deposto por 8 votos a favor da deposição contra 5 que discordavam e, ainda segundo o autor, depois de vários constrangimentos e tentativas frustradas.

O PSD ainda sofria com uma gestão dividida e dentre os representantes estava Jackson do Amaury, que juntos a outros membros do PSD conservador, sinalizavam discordâncias com o governo e assinou em fevereiro do mesmo ano o abaixo-assinado para lançar um novo candidato as eleições.⁹

Segundo Campos, a aliança com o PCB e o discurso de anticomunismo que se fortalecia no país contribuíram nas campanhas udenistas feirenses como artimanha para desestabilizar o governo de Francisco Pinto. Ainda a aliança UDN-PTB, a nível estadual, inclusive com influência feirense no Governo do Estado, permitiu lograr a vitória de Lomanto Junior¹⁰ do PTB como governador que, de acordo com Campos, resultou, como por exemplo, na “retirada do secretário de finanças do município, cargo de indicação do Governo do Estado.” (CAMPOS, 2013. P. 103-105).

A UDN em Feira de Santana será a principal beneficiada com o golpe. Contudo, essa relação da UDN com os militares, segundo Benevides (1976), não ocorreu tranquilamente e de imediato. A UDN, pela sua formação, nasceu como um partido a favor da redemocratização antigetulista, a mudança da posição do partido surgiu, em partes, dos conflitos entre alas internas. A autora destaca que dentre as cinco alas da UDN favoráveis ao golpe:

Permaneceram vinculados ao esquema militar os infatigáveis "chapas brancas" (Virgílio Távora, João Cleofas, Antonio Carlos Magalhães), os "realistas" (Juraci Magalhães, Magalhães Pinto), parte da "Bossa-Nova" (José Sarney, Petrônio Portella) e, finalmente, aqueles que sempre defenderam as posições mais "direitistas" no partido, quer pelo lado dos interesses econômicos, como Herbert

⁹Partido Social Democrático (Conservador) de Feira de Santana: candidato a Prefeito. In: *Folha do Norte*. Feira de Santana (Bahia), 8 de fevereiro de 1964.

¹⁰Lomanto Júnior, dentista, agricultor e pecuarista. Foi Deputado(a) Federal - 1971-1975, BA, ARENA, Dt. Posse: 01/02/1971; Deputado(a) Federal - 1975-1979, BA, ARENA, Dt. Posse: 01/02/1975. Ver: [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal LOMANTO JÚNIOR - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://biografia.do(a)Deputado(a)Federal/LOMANTO_JUNIOR). Acesso em: 20 mar. 2021.

Levy (o parlamentar udenista que mais se opôs à política econômica do General Castello Branco), quer pelo lado do autoritarismo militar, como Ernani Sátiro, José Bonifácio e Dinarte Mariz, defensores notórios do A.I. 5 [...]. (BENEVIDES, 1976, p. 120)

Dentre os listados por Benevides, dos udenistas que apoiaram o golpe, estavam os baianos: Antonio Carlos Magalhães e Juraci Magalhães¹¹. Segundo Ferreira (2004), a UDN baiana também tinha suas subdivisões, que eram:

Uma tendência liberal, apoiada socialmente no pequeno e médio empresariado baiano e nos extratos intermediários da população, sobretudo camadas médias urbanas, personificadas nas figuras do próprio Lomato Junior e dos seguidores do falecido ex-governador e líder político Otávio Mangabeira; a facção conservadora, encabeçada por Luiz Viana Filho e seu clã político, encarnação das oligarquias baianas tradicionais e o grupo mais “duro”, militante anti Goulart e as reformas de base, nucleado por outro clã político, os dos Magalhães (Juracy e Juthay), expressão política dos interesses da grande burguesia mercantil e financeira e ponta de lança no estado de movimento de desestabilização do governo federal. Entre os últimos grupos gritava a figura de Antônio Carlos Magalhães, presidente do diretório estadual da UDN naquele momento. Todos partilhavam os valores comuns do anticomunismo e do antigetulismo, patrimônios maiores da cultura udenista. (FERREIRA, 2004, p. 3.)

De acordo com Ferreira, sendo Juraci Magalhães “padrinho” de Lomato Junior e ala qual a UDN feirense apoiava. A UDN feirense se organizou “[...] nos meses finais do ‘Estado Novo’, durante a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência em 1945.” (LINS, 2017. p. 96.). Ainda segundo Lins (2017) “[...] chegou no município entre 3 de setembro, quando uma comitiva chefiada por Juracy Magalhães inaugurou ‘festivamente o diretório da UDN em Serrinha’ e o dia 6 de outubro, quando o comitê feirense pró-Eduardo Gomes já funcionava a pleno” (LINS, 2017. p. 96.)

¹¹Antonio Carlos Peixoto Magalhães, médico e jornalista, natural de Salvador foi Deputado(a) Federal - 1959-1963, BA, UDN, Dt. Posse: 02/02/1959; Deputado(a) Federal - 1963-1967, BA, UDN, Dt. Posse: 02/02/1963; Deputado(a) Federal - 1967-1971, BA, ARENA, Dt. Posse: 02/02/1967. Ver: [Senador Antonio Carlos Magalhães - Senado Federal](#) Acessado em: 20 de março de 2021./ [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso em: 20 mar. 2021.

Juracy Montenegro Magalhães Júnior, advogado e professor, natural de Salvador. Foi Sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, fev./ago. 1961; professor de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia; procurador da Prefeitura de Salvador, 1962. Mandato eletivo: Eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional - UDN, 1959-1963, renunciou em 13/11/1962. Eleito e diplomado deputado estadual pela UDN, 1963-1967, faleceu em 04/04/1963, sem ser empossado. Ver: [Assembleia Legislativa da Bahia](#). Acesso em: 20 mar. 2021.

Segundo Lins (2017) e Corrêa (2011), a UDN feirense não teve um perfil destoante do partido a nível nacional, pois seu quadro era formado por proprietários rurais, comerciantes e profissionais liberais. Uma característica do partido feirense era que a maior parte da formação dos quadros tinha ligações familiares.

João Marinho (Falcão) teve dois filhos, Wilson e Nilton Falcão, nas fileiras da eterna vigilância”. Arnold Silva levou seu sobrinho Hugo Navarro da Silva, o genro Waldy Pitombo e o cunhado Carlos Bahia. Áureo Filho encaminhou Alberto Oliveira, seu Filho, à atividade partidária. João Batista Carneiro não chegou a figurar entre os comandantes da secção local, entretanto, seu filho João Durval, foi um dos principais nomes de renovação do partido. Ainda João Mendes da Costa Filho teve sua irmã Edith Mendes da Gama e Abreu, proeminente figura da ala feminina do partido. Radicada em Salvador, foi candidata à Câmara Estadual em 1946. (LINS, 2017, p 102)

Joselito Amorim é primo de Manoel Falcão (este era filho de João Marinho Falcão). Diante das relações que foram apontadas, neste artigo buscamos analisar como ocorreu a adesão das propostas de planificação pelo governo udenista.

JOSELITO AMORIM NO PODER, É A UDN GOVERNANDO!¹²

Joselito Amorim, feirense, nascido em 4 de setembro de 1919, estudou na Escola Técnica do Comércio do Ginásio Santanópolis e se formou em contador em 1947. Foi professor de matemática e lecionou no Colégio Estadual e na Escola Normal. Segundo Corrêa (2011), Joselito Amorim era de uma família empresarial “que tinha reminiscência na política da cidade, a pomposa família Falcão, investidores do setor comercial, bancário e industrial no município.” (CORRÊA, 2011, p. 61). Este foi proprietário da Livraria Amorim, sócio e diretor da Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana — ACEFS (1949–1951 e 1951–1953), segundo o próprio Joselito Amorim em entrevista concedida à revista comemorativa da ACEFS. Nesse período a ACEFS e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC fizeram um convênio com a Escola Técnica do Comércio “[...] de modo a desempenhar mais eficientemente as suas funções.”¹³

Foi eleito vereador pela legenda do UDN, exerceu cargo de secretário da Prefeitura, quando Arnold Ferreira da Silva (1959–1962) era prefeito. No ano de 1963,

¹²Referência ao slogan da campanha de Francisco Pinto nas eleições de 1962: “Chico Pinto no poder, é o povo governando”.

¹³Revista comemorativa da Associação Comercial e Empresarial de Feira de Santana- ACEFS. *70 anos em defesa da classe empresarial*. 2015 www.acefs.com.br. p.155.

ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal e em 8 de maio de 1964 assumiu o cargo de Prefeito.¹⁴

Corrêa salientou que devido ao recesso da Câmara Municipal, além de permitir um tempo determinado para Francisco Pinto governar e organizar uma resistência, também possibilitou que UDN se organizasse e pensasse sobre possíveis nomes para prefeito. Conforme Corrêa, ao trazer e analisar uma entrevista de Joselito Amorim mostrou que:

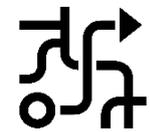
Segundo Joselito Amorim, quando o golpe ocorreu “O comando revolucionário aqui pediu às lideranças políticas que apoiavam a Revolução cinco ou seis nomes que pudessem ocupar a Prefeitura”, Joselito disse que não queria ocupar o cargo, pois havia lutado contra a situação dominante, complementou dizendo que não sabia por que foi escolhido. Depois de eleito pela câmara, Joselito teria se dirigido ao comando revolucionário na cidade junto com Áureo Filho, onde teria recebido pelo Coronel Humberto Melo para contar a sua nova condição de Prefeito, porém o coronel havia dito que “a revolução não era para colocar a UDN no poder”. No mesmo dia Joselito Amorim encontraria o General Manoel Pereira para o qual teria feito um discurso sobre a sua eleição democrática, mesmo que por maioria simples na câmara, sendo que esta deveria ser aceita caso contrário seria um tipo de vergonha para a cidade deslegitimar a ação. (CORRÊA, 2011, p. 65, grifos meus).

Não havia uma concordância de Joselito Amorim e de outros membros da UDN feirense sobre assumir o poder através das condições postas pelo governo federal. Contudo, ainda assim Joselito Amorim assumiu o cargo.

Observamos a continuidade dos projetos iniciados por Francisco Pinto e vereadores do PSD nas propostas governamentais de Joselito Amorim. O Ginásio Municipal, que recebeu o seu nome, foi aprovado na sessão da Câmara Municipal com outras medidas populares durante a gestão de Francisco Pinto quando Joselito Amorim ainda ocupava o cargo de presidente da Câmara Municipal e foi contrário à aprovação da criação do Ginásio Municipal (OLIVEIRA, 2000). Dentro do que já estavam encaminhados destacamos: os postos de médico volante, a construção de casas populares¹⁵, serviço de água e de esgoto, escola de costura para as mocinhas pobres (PACHECO, 2009).

¹⁴OLIVEIRA, Dimas. Joselito Falcão de Amorim – 100 anos de história. In.: *Jornal Noite e Dia*, edição de aniversário de Feira de Santana. Setembro de 2019. p. 28.

¹⁵ “O Vereador Colbert Martins por intermédio do líder do PSD na Câmara Federal dep. Valdir Pires, conforme telegrama abaixo, conseguiu inicialmente a construção de casas populares nesta cidade, ficando apenas a depender da doação do terreno por parte da Prefeitura, através de um projeto de lei que o mesmo apresentará na Câmara Municipal: Colbert Martins



A gestão de Joselito Amorim atuava em consonância com o governo federal, e ainda conforme Corrêa (2011), a harmonia se expandia ao se alinhar à Aliança Para o Progresso. A Aliança Para o Progresso consistiu em um acordo formalizado entre os Estados Unidos, EUA, e os países da América Latina. A partir deste, os Estados Unidos passaram a perceber a criação de planos de desenvolvimentos como mecanismo estatal e de crescimento econômico. Também se devia à expansão do capitalismo e contenção das influências da Revolução Cubana¹⁶.

Os fundos para esse projeto competiam a United States Agency for International Development, USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Ainda no início da década de 1960, o presidente dos EUA's, John Kennedy, comprometeu-se em fornecer, nos dez anos seguintes, 20 bilhões de dólares para América Latina. A estrutura organizacional para o cumprimento das metas estabelecidas pelos EUA era um acordo entre a Organização dos Estados Americanos, OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e a CEPAL, órgão das Nações Unidas.

Feira de Santana recebeu em 1964 a visita do representante do Serviço Especial de Saúde Pública, SESP, do Estado da Bahia, e do assistente do coordenador da Aliança Para o Progresso, no Brasil, o Dr. Chales Trigg.¹⁷ Nas atas da Câmara há referências de recebimento de verba para construção de escolas da USAID, junto à SUDENE, e ainda recursos do Plano Trienal.¹⁸ Junto à Educação, também construiu o Ginásio Industrial, expansão de sistema de energia elétrica para os municípios e parte dos recursos foi destinado à indústria, pecuária e agricultura.¹⁹

Segundo Corrêa (2011), a gestão de Joselito Amorim consistiu numa transição e um processo organizativo dos órgãos de classe para o futuro governo de João Durval Carneiro. Ainda conforme o autor, a candidatura de João Durval era um desejo que se urgia desde a derrota para Francisco Pinto nas eleições de 1962. Perceber a

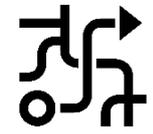
Câmara de Vereadores-Feira." *In: Fundação da Casa Popular. In: Gazeta do Povo. 8 de maio de 1960. Ano II. n. 54. página 10.*

¹⁶GIL, F. *Latinoamerica*; SKIDMORE, T. *Brasil*. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁷ Jornal Folha do Norte. 05 de setembro de 1964.

¹⁸ Ata da 22ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, realizada em 15 de junho de 1965.

¹⁹ Idem. [Lei Ordinária 436 1965 de Feira de Santana BA \(leismunicipais.com.br\)](http://leismunicipais.com.br). Acesso em: 19 jan. 2019.



gestão de Joselito Amorim como um processo transitório possibilita visualizar que o partido possuía membros suficientes para dar continuidade a um projeto político-econômico por bastante tempo, contudo, ao personificar João Durval e narrar a gestão de Joselito Amorim como preparatória do governo posterior, deixa-se de perceber que até mesmo João Durval é membro de um partido e o partido não é necessariamente João Durval. Atrelar o projeto de desenvolvimento com base na industrialização de Feira de Santana, a UDN, é cair na armadilha discursiva posta pelo próprio documento, a *Folha do Norte*, que atribuía a ideia de modernização, industrialização, ao futurista olhar udenista e em contraposição ao “atraso” e “despreparo” do PSD.

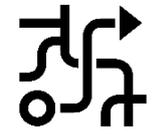
O PLANEJAMENTO

Após o golpe, o governo Castelo Branco introduziu no país o Programa de Ação Econômica (PAEG). O PAEG foi elaborado com base no Plano Trienal e o Plano de Metas. Segundo Ianni (1977), o planejamento iniciado em 1964 expunha a hegemonia do poder Executivo sob o Legislativo. Optou-se pelo desenvolvimento baseado no capital estrangeiro, em detrimento à industrialização nacional. O PAEG buscou diagnosticar e solucionar os vários problemas que atravancavam a economia brasileira.

Dentre os seus principais alvos e realizações, destacavam-se os seguintes: reduzir a taxa de inflação, incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal, estimular, sob controle governamental, o mercado de capitais, criar condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros; conter os níveis salariais em todos os setores e estruturas urbanas, executar o plano habitacional; criar a indústria petroquímica; estabelecer novos objetivos e criar novos meios na política de ocupação e dinamização da economia da Amazônia; ampliar os limites do “mar territorial”, defender e estimular a indústria do café solúvel; formular uma política brasileira de energia nuclear, modernizar as estruturas universitárias; retomar os estudos sobre a reforma agrária; propor o plano de “integração nacional”, etc. (IANNI, 1977, p. 225–226).

Dentre as medidas narradas, destacamos a contenção das taxas de inflação e estabilidade monetária por meio da contenção salarial. A contenção salarial consistiu no congelamento e redução do salário mínimo. Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões²⁰ utilizaram a contenção salarial para investir na iniciativa privada e, desse

²⁰O Primeiro-Ministro de Planejamento e o segundo Ministro da Fazenda do governo Castelo Branco.



modo, direcionaram os custos da inflação para os trabalhadores. Também foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com o objetivo de substituir a estabilidade empregatícia, que era garantida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), pela criação de um programa de poupança que confiscava 8% do salário e era depositado no Banco Nacional de Habitação (BNH) (MENDONÇA; FONTES, 2006.). Por meio do PAEG, retirar estabilidade e aparelhar os sindicatos eram medidas que penalizavam, despolitizavam e desarticulavam os trabalhadores. Também isentava os empregadores da responsabilidade de políticas assistenciais (IANNI, 1977). Os custos para a população foram: desnutrição crônica, mortalidade infantil, aumento de epidemias e desemprego. (MENDONÇA; FONTES, 2006).

No PAEG a reforma urbana foi substituída pelo programa habitacional. Em 21 de agosto de 1964, pela Lei n.º 4380, no governo do petebista Castello Branco, foram criados o BNH, o Sistema Financeiro de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) (IANNI, 1977).

Segundo Mota (2007), o período de 1964 a 1969 correspondeu ao período “embrionário e jovem” do SERFHAU. Expandia-se no país um debate sobre a criação de estatutos da cidade junto a elaboração de um projeto que possibilitasse uma institucionalização do planejamento urbano. As manifestações por parte de engenheiros, arquitetos, principalmente através dos institutos de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), também resultaram na criação e revisão de cursos de urbanismos, em faculdades de arquitetura e engenharia, e na regulamentação da profissão de urbanista. A apropriação das reivindicações pelo Estado resultaram na criação do BNH e do SERFHAU (MOTA, 2007).

Para Bolaffi (1982), o problema da habitação e do urbanismo se tornavam falsos problemas por não os solucionar. Ainda segundo o autor, a arrecadação compulsória da porcentagem recolhida das folhas de salários sujeitas à CLT teve como consequência a soma dos recursos canalizados a partir de 1969 no BNH. De acordo com o autor, o BNH “tornar-se-ia o segundo banco do país em termo de magnitude de recursos disponíveis, precedido apenas pelo Banco do Brasil” (BOLAFFI, 1982. p. 42). Os investimentos em moradia consistiram em tentativas “de conservar o apoio das massas populares, compensando psicologicamente pelas pressões que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto

nada melhor do que a casa própria” (BOLAFFI, 1982.p.42). Por meio do impulso dado na construção civil, o objetivo era empregar a mão de obra desqualificada, sem solucionar ou investir nas modificações arquitetônicas e voltadas para criação de avenidas, parques, viadutos etc.

A criação do SERFHAU estabeleceu um estreitamento entre o planejamento econômico e urbano que foi iniciado na década de 1950, através da construção de Brasília. As reivindicações de arquitetos estão presentes desde a década de 1940, mas por meio do SERFHAU foi possível estabelecer um compromisso do Estado em seus níveis (federal, regional, estadual e municipal). Através do nome de planos de desenvolvimento local integrado, o planejamento passou a ser elaborado nos municípios com a intenção de solucionar uma panaceia de todos os males. Resultaram no controle do espaço urbano, expansão industrial, defendida por setores técnicos e centralização do poder executivo.

Para lograr recursos, os municípios teriam que se adequar às medidas traçadas pelo SERFHAU. Ao SERFHAU cabia o papel de promover, difundir e uniformizar a prática de elaboração de planos diretores de desenvolvimento, em acordo com uma perspectiva multidisciplinar e de racionalidade técnica. Ainda de acordo com Ferreira (2007), essa atuação enfatizava “a ideia de neutralidade da atuação governamental” (FERREIRA, 2007, p. 50):

E valorizando o saber competente, o saber técnico, na elaboração das propostas de intervenção nas cidades. Com isso, imaginava-se minimizar os conflitos políticos, o que ocasionaria a continuidade de exclusão dos segmentos populares do processo de planejamento do espaço da cidade.

Sendo o SERFHAU o principal órgão de assistência aos municípios, Feira de Santana procurou atender às propostas federais de modo a obter investimentos. Recorrendo ao mesmo, Joselito Amorim visava elaborar o plano do diretor da cidade. Para galgar recursos, era necessário se adequar às propostas de planejamento que deviam corresponder com a orientação do órgão.

A orientação do SERFHAU para elaboração dos planos acrescentava aos aspectos físicos e territoriais dos planejadores urbanos, as dimensões socioeconômicas do desenvolvimento urbano. O funcionamento do SERFHAU como instituição de planejamento era principalmente como órgão prestador de assistência técnica, limitado a formulação de regras, normas e linhas de ação ao financiamento, assessoria, apoio e controle técnico, cabendo aos próprios municípios elaborar seus planos, contando com o apoio de empresas privadas de consultoria. (FERREIRA, 2007, p. 50)

Ainda de acordo com Ferreira (2007), em muitos lugares a adoção do PDLI foi imposta pelo governo federal “[...] um sistema de planejamento sobre ações de governantes municipais que precisavam fazer política eleitoral e, em simultâneo, conviver com o autoritarismo nas esferas superiores, o que propiciou ocorrer uma situação híbrida” (FERREIRA, 2007, p. 51).

Na Bahia, em 1965 foi sancionada pelo Governo do Estado a Lei n.º 2114 de 4 de janeiro de 1965, que autorizou a construção de uma sociedade de economia mista sob a denominação de Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS). A URBIS visava:

- a) formular planos gerais para construção e higienização ou de unidades vicinais;
- b) construir habitações higiênicas, de tipo individual preferentemente ao coletivo ao alcance de famílias de escassos recursos à base de programas que tendam à ordenação de zonas de habitação;
- c) eliminar gradativamente das áreas urbanas as construções e habitações insalubres ou perigosas;
- d) fomentar a construção, higienização reparação ou ampliação de habitações e estimular a execução de obras de urbanização, saneamento e serviços comunais necessários, sempre que se ajustem às normas técnicas adotadas pela Sociedade.²¹

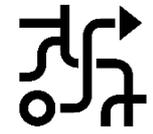
As lógicas de planejamento antes narradas, o Fundagro e o Plandeb, deixam de vigorar e parte do que foi posto em prática. Na *Folha do Norte* foi possível mapear investimentos em nome do Fundagro²². O PAEG sepulta as germinais tentativas de um planejamento agroindustrial inauguradas pelos dois projetos citados. A ditadura cria uma espécie de novas atribuições para projetos já encaminhados no Nordeste, por exemplo, para Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), e a Petrobrás que intensifica uma política urbana-industrial.

A implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), Segundo Santos e Oliveira (1988), o CIA constituiu a hegemonia industrial sob o projeto agroindustrial na Bahia:

[...] o “CIA, sob a forma planejada, aparecia como conclusão objetiva de um longo processo de estudos de localização para indústria, que se desenvolvera desde metade dos anos 50. Foi, sem dúvida, o elemento-chave, na história recente da economia baiana, para atração de empreendimentos, também complementando

²¹ <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85486/lei-2114-65>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

²²Matadouro Figorífico. In: *Folha do Norte*, 1959. / IV Congresso Nacional de Municípios Brasileiros. In: *Folha do Norte*, 1959. / Banco do Fomento. In: *Folha do Norte*, 16 de janeiro de 1960. n. 2636. / Mecanização Agrícola. In: *Folha do Norte*, 23 de janeiro de 1960. n. 2637.



o sistema de estímulos financeiros criado pelo governo federal para região nordestina.” (SANTOS e OLIVEIRA, 1988, p. 66).

A criação do URBIS demonstra o total alinhamento com o PAEG e os órgãos federais. Também se apropriou do discurso da urbanização como mola propulsora contra os entraves da economia baiana.

Em 1965, quando Joselito Amorim encerrava a gestão como Prefeito, *A Folha do Norte* não deixou passar despercebido o fim do governo, que foi narrado como:

É uma administração dinâmica, honrada, operosa. Ninguém o nega. Mas o que realmente importante e para o que chamamos a atenção do nosso povo, é que toda essa soma extraordinária de realizações o Prefeito a vem conseguindo com o trabalho e esforço, sem alardes, sem palhaçadas, sem ameaçar ninguém, sem militarizar a guarda municipal, antes dispensando os trabuqueiros que ali havia, sem sociedades de bairros ou células comunistas, sem depredar a Câmara — que cresceu de importância, no atual govêrno, e teve seu mobiliado novo, graças ao dinamismo do Presidente Paulo Cordeiro — sem ministérios, fanfarronadas, desordem e subversão.

É impressionante o volume de trabalho que o Prefeito revolucionário promove em benefício do Município e do seu povo, com o emprego fiel e escrupuloso dos dinheiros públicos.

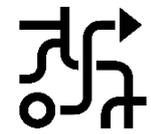
Discute se, hoje na área federal, o *modus faciendi* das eleições que se aproximam. A Feira de Santana está atravessando um faze de prosperidade, mas não de tranquilidade. A máquina subversiva, expulsa de Prefeitura, continua montada para esmagar, por processos desonestos, a Revolução e a Democracia.

Elementos *manjados* por suas falcatruas e outros por seu doentio partidarismo antirrevolucionário — comunista conservam posições chaves para o controle da política local.

Esses elementos já demonstraram aqui e em outras terras o que podem. Estão despreparados e sedentos de vingança. São monstros vorazes dispostos a tudo, até ao crime. Enquanto mantiverem os postos nos quais tantos malefícios podem promover e vêm promovendo, a Feira de Santana será uma cidade sitiada.²³

Os elogios escritos na notícia buscavam enaltecer Joselito Amorim, ao mesmo tempo em que tornava vexatória a gestão anterior. O discurso tratou de narrar, nas entrelinhas, Francisco Pinto como subversivo e comunista, enquanto Joselito Amorim é trazido como ordenador e escrupuloso. Sobre o alcance desse discurso à população, pouco se sabe. A notícia trouxe também menção sobre as eleições do governo federal. Havia um teor de desconfiança sobre os caminhos do Estado brasileiro e narra uma possível oxigenação dos movimentos, sujeitos e partidos

²³ Feira, cidade sitiada. *Jornal Folha do Norte*, 08 de janeiro de 1966. (Destques do próprio jornal)



contrários ao Golpe. Castelo Branco deu passos importantes ao ver do autor e do jornal, mas não garantia o que iria ocorrer.

Para Skidmore (1988), Castelo Branco era contrário à sua permanência como presidente e apoiava a UDN, mas Carlos Lacerda se apresentava como uma ameaça udenista a continuação do governo. Lacerda, segundo o autor, “estava aliciando o apoio de militares da linha dura” (SKIDMORE, 1988, p. 64) com o objetivo de assumir o poder. As incertezas geradas pelo fim da vigência do primeiro AI, também gerou preocupações sobre o PSD e outros partidos também concorressem ao pleito eleitoral. Contudo, João Goulart e outros membros do PSD foram impedidos de concorrer às eleições de 1965 pela “lei de inelegibilidade”²⁴ aprovada em julho de 1965 pelo Congresso Nacional (SKIDMORE, 1988).

Mesmo diante das circunstâncias citadas, a UDN e o PSD chegaram a apresentar seus candidatos. Pela UDN, Carlos Lacerda acabou perdendo em votos para o membro do PSD, para o descontentamento dos militares (SKIDMORE, 1988).

O processo eleitoral popular foi substituído por uma eleição restrita aos membros do Estado por meio do Ato Institucional n.º 2, que tornou as eleições indiretas em 27 de outubro de 1965. Também através do AI-2, no Art. 18, extinguiu-se os Partidos Políticos.²⁵ O AI-2 teve como característica o controle do Poder Judiciário, expansão de cargos para militares designados pelo Presidente da República, o que não agradou a UDN. Após o decreto do Ato Institucional, houve manifestação de Carlos Lacerda e outros membros do partido que deixaram o apoio ao golpe.

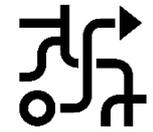
Os militares, nos meses seguintes, recorreram à criação dos AI-3 e o AI-4. O AI-3 foi instaurado para controlar os governos dos estados e o AI-4 para reforçar o AI-2, criando duas organizações que substituíram os partidos antes existentes, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).²⁶ Em 1966 se encerrava o governo Castelo Branco após uma prolongação que retardou as eleições de 1965.

Nos anos seguintes, mesmo após a eleição do novo prefeito, João Durval Carneiro (ARENA), que era do extinto UDN, o nome de Joselito Amorim ainda era citado como executor de grandes obras. Na Câmara Municipal não faltaram

²⁴ [Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](http://www.tse.jus.br). Acesso em: 20 abr. 2019.

²⁵ [AIT-02-65 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20 abr. 2019.

²⁶ [AIT-04-66 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20 abr. 2019.



homenagens. Contudo, não havia um consenso nas votações da Câmara sobre as prestações de homenagens ao ex-prefeito. Era comum os edis contrários ao golpe fazerem uso da palavra para declarar que o posicionamento de “concordância” dentro da Câmara Municipal era uma condição imposta pelo regime instaurado.²⁷

Joselito Amorim deixou como seu legado o Código de Posturas e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Feira de Santana. Também contou com uma série de obras públicas, algumas delas não iniciaram dentro da sua gestão, como a construção do Ginásio Municipal, da Estação Rodoviária, mas lhe foram atribuídas, essas obras lhe permitiram o reconhecimento diante do Governo do Estado. Após a saída da prefeitura, Joselito Amorim foi convidado por Luiz Viana Filho a participar da URBIS.²⁸ Em abril do mesmo ano, Joselito Amorim foi eleito presidente da URBIS e da COHAB S.A. Também recebeu homenagens da Câmara Municipal de Salvador²⁹. Sabemos que a política de habitação foi o motor encontrado no PAEG, contudo não tivemos acesso para saber sobre os investimentos destinados ao projeto. A URBIS estava vinculada ao BNH e era correspondente à Companhia de Habitação Popular (COHAB), nacional.³⁰

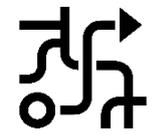
Durante o período que Joselito Amorim esteve como presidente da URBIS, foram construídos dois conjuntos residenciais na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, “Os primeiros conjuntos habitacionais Feira I e II, denominados atualmente Cidade Nova, foram concluídos em 1969 e 1971, com 1.636 (um mil seiscentos e trinta e seis) unidades habitacionais [...]” (FREITAS, 2014. p. 275), programados para ser moradia dos operários do Centro Industrial Subaé, o CIS (polo industrial instalado em Feira de Santana, que foi resultados das políticas de industrialização). Enquanto entre o Anel de Contorno Rodoviário – Avenida Eduardo Fróes da Mota, no lado sudoeste da cidade “[...] áreas ocupadas por chácaras e terrenos baldios, após a valorização mediante a especulação imobiliária, foram transformadas em bairros, a exemplo do Muchila e Santa Mônica, bairros classificados

²⁷Folha do Norte, 08 de fevereiro de 1967

²⁸ PORTUGUAL, Eme. Coluna Sociedade. In: *Folha do Norte*, 08 de fevereiro de 1967

²⁹ Câmara de Salvador aplaude nomeação de Amorim. In: *Folha do Norte*, 27 de maio de 1967. (Primeira página)

³⁰ SANTOS, Sandra Medeiros. FERNANDES, Rosali Braga. SOUSA, Noélise Gomes Uzeda. FALCÃO, Plínio Martins. Estado, política habitacional e expansão urbana no Brasil: utopias democráticas e realidades. *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.



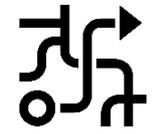
pelo elevado padrão de consumo de seus moradores.” (FREITAS, 2014. p. 277) A localização dos bairros populares distante do centro e os recursos e modelos arquitetônicos utilizados, junto à valorização de terrenos destinados a uma elite, acentua a desigualdade social na cidade. Esses bairros vieram atender a criação de um centro urbano feirense, que visava retirar os moradores do centro da cidade e tornar as casas estabelecimentos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da Segunda Guerra Mundial e em um contexto de Guerra Fria, a América Latina recebeu uma série de investimentos estatais dos Estados Unidos da América, assim como sofreu intervenções de governos e apoios aos golpes militares que se estenderam no Cone Sul. Os processos de interiorização dessas propostas ocorreram de formas diferentes em cada país, assim como os golpes militares e a intervenção na CEPAL deram novos delineamentos para o desenvolvimento do capitalismo e o planejamento local e integrado como estratégia do Estado.

Consideramos que a Ditadura Militar deu continuidade aos projetos de desenvolvimento de modo integrado previsto pelos governos anteriores, mas com novas finalidades a fim de abraçar os recursos advindos dos EUA, que a ideia de planejamento segue mesmo depois das derrubadas de governos eleitos democraticamente, por meio dos Atos Institucionais. As ideias de planejamento econômico e planejamento urbano misturam-se, sobretudo, com a criação do SERFHAU e do BNH, que dão ênfase à articulação entre industrialização e urbanização. Em Feira de Santana, a gestão de Joselito Amorim, com o projeto do URBIS, pode ser entendida como um resultado dessas medidas na Bahia.

A continuidade da ideia de planejamento, entretanto, não garantiu necessariamente um processo de integração econômica, tal como inspirava a CEPAL e a SUDENE, com base no desenvolvimento da economia considerando a lógica de produção de forma articulada e com a intenção de solucionar os problemas da discrepância do desenvolvimento das regiões. A articulação com a urbanização e a criação de programas de habitação contribuíram para uma ampliação da desigualdade social no país e para a adentrada de indústrias de fora, mantendo a lógica do país de produção de peças e fornecedor de matéria-prima na economia global.



É importante salientar que a Ditadura Militar ao encerrar governos, localmente, também encerrou tentativas de projetos de desenvolvimentos distintos, impondo a articulação urbano-industrial como modelo a ser seguido. Iniciativas que dialogavam com uma política nacional de industrialização foram encerradas, assim como projetos que tentavam articular o urbano e o rural.

Sobre os partidos políticos extintos em Feira de Santana durante esse período, permitiu a ascensão e a consolidação dos membros da UDN, e por meio do bipartidarismo, da ARENA. O planejamento de modo integrado serviu como projeto político para os políticos locais se estabelecerem no poder executivo municipal. O estudo das disputas políticas desse momento na história de Feira de Santana ainda é uma ferramenta para compreensão da política contemporânea da cidade. Permite entender sobre a origem dos principais quadros políticos, as correntes, as trajetórias dos políticos locais e as suas atuações.

Nesse sentido, estudo da história política contemporânea de Feira de Santana se faz necessário por possibilitar analisar o desenvolvimento tardio do capitalismo em cidades interioranas dos países da América Latina.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, J. A. G.; SEITENFUS, R.; CASTRO, S. H. N.. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

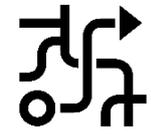
BARBARA, R. R. S. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana - Bahia (1929-1964)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.

BENEVIDES, M. V. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

CABRAL, R. 1959. Das ideias à ação. A SUDENE de Celso Furtado - oportunidade histórica e resistência conservadora. In: CABRAL, R. *Cadernos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

CAMPOS, R. *O jogo político local: competição e dinâmica política em Feira de Santana (1948-1965)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2013.

CASTRO, M. H. S. *Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômica na Bahia (1955-1961)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.



CORRÊA, D. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

FERREIRA, M. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22, 2004.

FERREIRA, M. *Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca*. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONTES, V.; MENDONÇA, S. R. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 2006.

FREITAS, N. B. *O descoroamento da princesa do sertão: de "chão" a território, o "vazio" no processo da valorização do espaço*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2014.

FURTADO, C. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, A. C.; FERREIRA, J. *1964: o golpe que derrubou, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

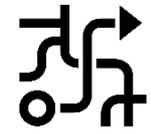
MENDONÇA, S. R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004.

MENDONÇA, S. R. *O patronato rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: URFJ, 2010.

MUNIZ, M. S. *Em busca da experiência paternalismo lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

OLIVEIRA, C. F. R. *De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PACHECO, L. P. B. *Trabalho e costume de Feirantes de Alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do Mercado em Feira de Santana (1960-1990)*.



2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

PESSOTI, G. C. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. *In: ZACHARIADHES, G. C. Ditadura militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e restência.* Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, A. A. C. *Diversões e civilidade na "Princesa do Sertão" (1919-1946).* 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, A. C. *Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização.* 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SANTOS, A. M. C. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano.* 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, A. M. F. O ginásio municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963-1964). *Sitientibus: revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, n. 24, Jan./Jun. 2001.* Disponível em: <<https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/8774/7299>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SANTOS, R. S.; OLIVEIRA, J. C. S. Notas preliminares sobre o padrão de intervenção do Estado da Bahia (1955-80). *Revista Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 52-74, abr./jun. 1988.*

SARMENTO, C. E. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_pla_no_triennial_e_a_politica_economica>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985).* Tradução de Mário Salvino Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VALENTE, A. B. Estado e Direção de Classe: algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. *A pala re-vista, Feira de Santana, v. 01, n. 01, 2010.*

VASCONCELOS, S. A. *Discurso político à luz da nova retórica: Chico Pinto e a ditadura militar.* 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Recebido em 21/05/2023

Aprovado em 07/11/2023